



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL
COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Consultor: FÚLVIA MARIA DE BARROS MOTT ROSEMBERG

Contratada por meio do Edital

Entidade:

UNESCO

Diretoria / Coordenação:

Diretoria de Currículos e Educação Integral / Coordenação Geral de Educação Infantil

Projeto:

UNESCO BRZ/1041 – “Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Educação no Tocante às Políticas Públicas de Educação Básica”

Produto:

PRODUTO 1 - Documento Técnico “A”, Análise das discrepâncias entre as conceituações de educação infantil do INEP e IBGE, sugestões e subsídios para maior e mais eficiente divulgação dos dados.

Autenticação do Consultor

Local e Data: São Paulo, 13 de novembro de 2013.

Assinatura do Consultor:

Aprovação do Supervisor

Atesto que os serviços foram prestados conforme estabelecido no contrato de consultoria.

Local e data:

Assinatura e Carimbo:

Produto 1 – Documento Técnico A. “Análise das discrepâncias entre as conceituações de educação infantil do INEP e IBGE, sugestões e subsídios para maior e mais eficiente divulgação dos dados.

Apresentação

Este documento Técnico A, além desta apresentação, é composto por duas partes, referências bibliográficas e anexo.

- Parte 1¹ – Estudo exploratório sobre cálculo de idade no Censo Escolar 2010: subsídios para discussão (p. 3);
- Parte 2 – Subsídios para aprimoramento da conceituação de creche e pré-escola nos inquéritos domiciliares do IBGE (p. 17);
- Referências bibliográficas (p. 32);
- Anexos (p. 34).

O texto se desenvolveu em acordo com as atividades estipuladas no edital e contrato, a saber:

- **atividade 1** - levantamento e sistematização das discrepâncias entre as definições conceituais existentes sobre a educação infantil, rural e urbano, faixa etária da crianças e etapas da educação básica/infantil (parte 1);
- **atividade 2** – Proposta para o aprimoramento técnico conceitual, nas bases de dados do INEP, referente à educação infantil (parte 1);
- **atividade 3** – Proposta para o aprimoramento técnico conceitual, nas bases de dados do IBGE, referente à educação infantil (parte 2).

¹ A parte 1 contou com a colaboração de Amélia Artes no processamento de microdados.

Parte 1. Estudo exploratório sobre cálculo de idade no Censo Escolar 2010: subsídios para discussão.

Este estudo visa a subsidiar a construção de indicadores para o monitoramento da implementação da obrigatoriedade de frequência/matriculação de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola. Seus objetivos específicos visam a compreender:

- 1) as diferenças que vêm sendo observadas entre os dados coletados, processados e divulgados referentes aos inquéritos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre frequência à creche e escola entre crianças de até 5 anos e aqueles processados e divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) no Censo da Educação Básica sobre matrícula na educação infantil da mesma faixa etária;
- 2) a defasagem entre a conceituação legal de creche e pré-escola, referida exclusivamente à criança de até 3 anos e 11 meses (ou 47 meses) em creche e de 4 anos e 5 anos e 11 meses (ou 71 meses) na pré-escola, sem progressão seriada, e aquela adotada por instituições escolares.

1. Breve estado da questão

Desde os anos 1980, vários/as pesquisadores/as vêm apontando e se preocupando com diferenças entre os dados coletados, processados e divulgados pelos Censos Escolares sob responsabilidade do INEP e pelos inquéritos domiciliares sob responsabilidade do IBGE (FLETCHER e RIBEIRO, 1988; GUSSO, 1982; ROSEMBERG, 1999; ROSEMBERG e ARTES, 2012, entre outros). Nos estudos referentes ao ensino fundamental, os/as pesquisadores/as notaram sub-registro das informações sobre frequência à escola nos inquéritos do IBGE; nos estudos sobre educação infantil, a tendência era oposta.

Considerando o conjunto de informações para a educação básica, o “Resumo Técnico – Censo Escolar 2010” (BRASIL, MEC/INEP, sd)², no gráfico 1.2 (“Comparação entre matrículas da Educação Básica – Censo Escolar vs. PNAD. Brasil 2007, 2010”), informa a seguinte ordem de diferença entre os dados de ambas fontes: em 2007, 1,3 milhões; em 2008, 2,4 milhões e em 2009, 2,1 milhões, diferença relativamente pouco expressiva diante do

² www.inep.gov.br, acionado 08/09/2013.

montante de unidades (variando entre 50,5 e 53,2 milhões de matrículas/alunos na educação básica).³

Em estudo anterior (ROSEMBERG e ARTES, 2012), apontamos que as diferenças são mais expressivas na educação infantil quando se comparam as diferentes etapas da educação básica, e na faixa etária de até 3 anos (quadros 1 e 2). Para interpretar os dados referentes à pré-escola e ao ensino fundamental, não se pode deixar de considerar, entre outras variáveis, a manutenção da classe de alfabetização nas alternativas de “cursos” na coleta e processamento de dados referentes ao Censo Demográfico 2010.

Quadro 1. Número de pessoas frequentando/matriculadas em creche ou escola por etapa e modalidade de educação. Brasil, 2010.

IBGE (1)		INEP (2)		Diferença (1-2)	
Etapa e/ou modalidade	Valores - N	Etapa e/ou modalidade	Valores - N	Valores - N	Variação
Creche	2.221.948	Creche	2.074.579	147.369	7,1%
Pré-escolar	5.125.568	Pré-escola	4.717.516	408.052	8,6%
Total educação infantil	7.347.516	Total educação infantil	6.792.095	555.421	8,2%
Classe de alfabetização	-	-	-	2.834.199	-
Regular EF I	14.759.064	EF I	16.893.490	-2.134.426	-12,6%
EF não seriado	142.653				
Regular EF II	14.031.841	EFII	14.254.717	-222.876	-1,6%
Total ensino fundamental	28.933.558	Total ensino fundamental	31.148.207	-2.214.649	-7,1%
Regular EM	8.875.543	EM	8.358.647	516.896	6,2%
Total educação básica	47.990.816	Total educação básica	46.298.949	1.691.867	3,6%
		E. Profissional	925.353		
EJA	915.955				
EJA EF	1.815.226	EJA EF	2.883.209	-1.067.983	-37,0%
EJA EM	1.723.817	EJA EM	1.389.217	334.600	24,1%
		EJA outros	53.161		

Fonte: microdados do Censo Escolar 2010; microdados do Censo Demográfico 2010. Tabela organizada por Amélia Artes (2013).

³ Para período 2002 a 2007, o artigo “O que mudou no Censo Escolar da educação básica” (INEP, 2009) efetuou uma importante análise sobre os percalços enfrentados na implementação da nova metodologia que permitiu a “correção da duplicidade de alunos”, novidade que, associada ao questionamento da parte de instituições privadas, acarretou a diminuição do número de matrículas entre 2006 e 2007 (p. 12).

Quando se comparam os dados por idade, observa-se que quanto menor a idade da criança, maior a diferença (quadro 2).

Quadro 2. Número de unidades relacionadas a crianças de 0 a 6 anos frequentando/matriculadas em creche ou escola, por idade, localização da criança e instituição produtora do dado. Brasil, 2010.

Idades	Urbano			Rural			Total		
	IBGE (1)	INEP (2)	Diferença (1-2)	IBGE (1)	INEP (2)	Diferença (1-2)	IBGE (1)	INEP (2)	Diferença (1-2)
0 a 3	2.338.887	1.419.477	919.410	237.059	115.591	121.468	2.575.946	1.535.068	1.040.878
4 e 5	3.912.499	3.280.146	632.353	734.486	645.742	88.744	4.646.985	3.925.888	721.097
6	2.246.436	2.201.915	44.521	499.980	516.814	-16.834	2.746.416	2.718.729	27.687
Total	8.497.822	6.901.538	1.596.284	1.471.525	1.278.147	193.378	9.969.347	8.179.685	1.789.662

Fonte: microdados Censo Demográfico 2010; microdados Censo Escolar 2010, apud Rosemberg e Artes (2012).

Dentre os estudos recentes sobre educação infantil, destacamos, inicialmente, aquele realizado por Kappel (2008) a partir de “solicitação da COEDI/MEC”. Conforme a autora, o estudo visava à “análise da base de dados do Censo Escolar do INEP”, sendo o tópico 1.3 destinado à comparação dos “Resultados do INEP x IBGE: análise do sub-registro” (p. 7). O estudo foi realizado logo após a “utilização dos instrumentos eletrônicos em 2007, quando o registro passou a ser aluno por aluno, e não mais de estatísticas agregadas por turma e série” (KAPPEL, 2008, p. 8). Mesmo reconhecendo a inovação, e a necessidade de ajustes em experiências inovadoras, a autora menciona “o não acompanhamento em paralelo vem gerando problemas, pois dados de matrícula por idade, referentes a 2007. De acordo com informações de técnicos do INEP, ainda não podem ser divulgados, uma vez que foram detectadas inúmeras inconsistências entre resultados, provenientes, principalmente, do preenchimento do formulário do ‘Cadastro do aluno’” (KAPPEL, 2008, p. 8).

Kappel (2008) continua sua análise sobre o sub-registro, comparando dados das PNADs 2001 e 2006 aos dados dos Censos Escolares 2001 e 2006. Além de observar um aumento das diferenças quanto ao número de crianças matriculadas/frequentando creche ou escola, conclui que “as pesquisas domiciliares estão captando mais informações sobre a realidade do atendimento educacional às crianças do que o Censo Escolar, principalmente no caso daquelas com menos de 4 anos de idade” (KAPPEL, 2008, p. 10, grifos nossos). A seguir, levanta dez “possíveis indicativos do sub-registro” (quadro 3).

Quadro 3. Possíveis indicativos de sub-registro de matrículas nos Censos Escolares 2001 e 2006 conforme Kappel (2008).

- Existência de creches e pré-escolas em funcionamento no Brasil e não cadastradas no INEP;
- Problemas na coleta das informações através dos censos escolares, tendo em vista que apenas as instituições cadastradas recebem orientações para o preenchimento dos formulários do INEP;
- Entendimento, por parte de muitas secretarias, de que só é Educação Infantil se o estabelecimento estiver funcionando dentro do sistema escolar, ou seja, somente as creches e pré-escolas credenciadas devem participar do Censo Escolar (Ex.: em alguns municípios da Região Metropolitana do RJ foi evidenciado tal entendimento);
- Falta de um maior diálogo das secretarias municipais com as Instituições de Educação Infantil, incorporadas recentemente ao sistema de ensino;
- Falta de uma chamada mais efetiva das esferas públicas federal, estaduais e municipais junto às Instituições de Educação Infantil na ocasião do censo;
- Pouca mobilização, por parte do Governo Federal, no sentido de valorizar a incorporação das creches que ainda estão na área social, a fim de que possam integrar as políticas públicas de educação (Existência de creches ainda vinculadas à secretaria de saúde /ou assistência social e que, portanto, não fazem parte dos cadastros do INEP);
- Necessidade de incorporação das creches comunitárias ao sistema de ensino;
- Falta de regularização do que já existe (Instituições de Educação Infantil);
- Falta de comunicação entre as três esferas de governo;
- Dificuldades diversas que levam o informante a não preencher o questionário do censo escolar (inexistência de equipamento, precariedade dos registros das informações do alunado e corpo docente etc., recursos humanos não capacitados, dentre outras).

Fonte: Kappel (2008, p. 10-11).

Como se percebe, nenhum dos motivos evocados de sub-registro se refere ao cálculo de idade. Isto é, as hipóteses habitualmente levantadas para explicar tais diferenças referiam-se, sobretudo, a procedimentos relacionados à coleta de dados, aventando-se, como eventuais determinações das diferenças, a diversidade tanto na conceituação de creche ou pré-escola, quanto na data de referência das pesquisas, quanto no tipo de informante ou na qualidade da resposta ao questionário. Por exemplo, Rosemberg e Artes (2012) destacaram, principalmente, concepções de creche; Antônio (2013), na dissertação “O que dizem os números sobre crianças matriculadas na creche brasileira (2007/2011)”, destaca oito razões que “justificariam” tal diferença, sem mencionar o impacto dos procedimentos para cálculo da idade na diferença observada entre os dados, omissão também detectada no artigo de Campos, Esposito e Gimenes (2013) que retomou as observações de Rosemberg e Artes (2012).

A hipótese do impacto do cálculo de idade nos números é mencionada no recente estudo realizado pelo INEP “Nota Técnica 01/2013”, cujo assunto indicado é “comparação entre dados do INEP e do IBGE”. O estudo assinala que os “principais pontos que devem ser considerados para comparação” são: o conceito de idade utilizado; data de referência do Censo Escolar vs data de referência dos levantamentos domiciliares; conceito de aluno e

matrícula vs etapas e modalidades dos levantamentos domiciliares que consideram etapas anteriores à LDB; informantes (INEP, 2013, p. 3-4). O documento afirma ainda: “A tabela apresentada a seguir mostra alguns resultados que não deixam dúvidas de que o conceito de idade precisa ser compatibilizado antes da comparação, sem mencionar os itens já enunciados anteriormente” (INEP, 2013, p. 4, grifos nossos). Esta é, de fato, a primeira menção explícita que localizamos, nos documentos consultados, sobre a necessidade de compatibilizar ou ajustar o conceito de idade das diferentes fontes, recomendação que acatamos como pista fundamental para este estudo.⁴

Neste estudo, adentramos, então, um pouco mais a análise dos procedimentos para processamento dos dados de matrícula de crianças de até 5 anos no Censo Escolar 2010, visando a captar o impacto do cálculo da idade no número de matrículas por idade. Para tanto, foram analisados o número e a distribuição de matrículas por data de nascimento (mês e ano) das crianças a partir de tabulações especiais dos microdados do Censo Escolar 2010, complementadas por comparação com dados do Censo Demográfico 2010.⁵

Para este processamento dos microdados do Censo Escolar 2010 não foram usados filtros utilizados pelo INEP no processamento dos dados publicados na “Sinopse Estatística de Educação Básica: 2010”, o que redundou na análise de 8.179.685 matrículas de crianças de até 6 anos.

2. Procedimentos para delimitar a idade

São três os procedimentos que incidem na delimitação da idade: o tipo de informação coletada; a data de referência para cálculo da idade; o modo de calcular a idade (quadro 4).

Quadro 4. Procedimentos adotados para delimitação da idade por instrumento de coleta. Brasil, 2010.

Procedimentos	Censo Escolar 2010	Censo Demográfico 2010
informação coletada	dia, mês, ano	mês, ano
data de referência	26 de maio 2010 (última quarta-feira)	31 de julho 2010
cálculo da idade	idade que o aluno completa no ano de realização da pesquisa (2010 – ano de nascimento)	anos completos na data de referência ou meses completos para crianças com menos de 1 ano.

Fonte: Censo Escolar 2010; Censo Demográfico 2010.

⁴ Não localizamos, no referido documento, explicitação do procedimento adotado para o ajuste efetuado no cálculo de idade.

⁵ Referente aos dados do Censo Demográfico 2010, foram efetuadas tabulações a partir dos microdados por Amélia Artes, bem como foram usados dados processados e cedidos, gentilmente, por Carlos Roberto Arieira do IBGE, a quem agradecemos.

A partir de informações transcritas no quadro 4, nota-se que a principal variação nos procedimentos, e que explica parte importante das diferenças entre os dados divulgados por ambas as fontes para as crianças de 0 a 6 anos (como mostraremos a seguir), decorre das diferenças observadas no cálculo da idade: ambas fontes coletam informações sobre mês e ano de nascimento; a defasagem entre os meses de referência para cálculo de idade, final de maio e final de julho (portanto apenas dois meses), não seria suficientes para explicar a diferença de 1,789 milhões de crianças nos dados de ambas fontes. Porém, o cálculo da idade diverge: enquanto o Censo Demográfico 2010 adota um procedimento que segue a “idade civil” da criança na data de referência, o cálculo da idade adotada pelo Censo Escolar 2010 procede a uma defasagem com relação à “idade civil” da criança na data de referência (quadro 5).

Quadro 5. “Idade civil” da criança na data do Censo Escolar (maio 2010) e idade calculada pelo Censo Escolar.

Anos e meses de nascimento	“Idade civil”	Idade pelo cálculo do Censo Escolar 2010
2009		
1 janeiro	1 ano	1 ano
2	1 ano	1 ano
3	1 ano	1 ano
4	1 ano	1 ano
5 maio	1 ano	1 ano
6	1 ano	1 ano
7	11 meses	1 ano
8	10 meses	1 ano
9	9 meses	1 ano
10	8 meses	1 ano
11	7 meses	1 ano
12 dezembro	6 meses	1 ano
2010		
1 janeiro	5 meses	5 meses
2	4 meses	4 meses
3	3 meses	3 meses
4	2 meses	2 meses
5 maio	1 mês	1 mês

Nota-se que pelo cálculo do Censo Escolar 2010, crianças com menos de 1 ano de idade seriam exclusivamente aquelas nascidas em 2010, e que todas as crianças nascidas em 2009 teriam 1 ano (fórmula: ano do censo – ano de nascimento), cálculo adotado, também, para as demais idades que não constam do quadro 5. Quando comparada com a “idade civil”,

a idade calculada pelo Censo Escolar 2010 tende a “envelhecer” as crianças, pois antecipa em seis meses o “aniversário” (mudança de ano) da criança. E isto tem importância na distribuição das matrículas/frequência à creche/escola porque, como iremos mostrar a seguir, para a cultura brasileira, os meses de idade (até em torno dos 3 anos) contam para colocar ou matricular bebês na creche: a matrícula ou frequência à creche/escola aumenta mês a mês, regularmente até os 3 anos de idade. Após essa idade, o aumento progressivo de matrícula/frequência a cada novo mês de idade da criança parece ser menos relevante. Vale destacar que esta tendência foi observada tanto nos dados do Censo Escolar 2010, quanto nos do Censo Demográfico 2010 (tabela 1, gráfico 1).

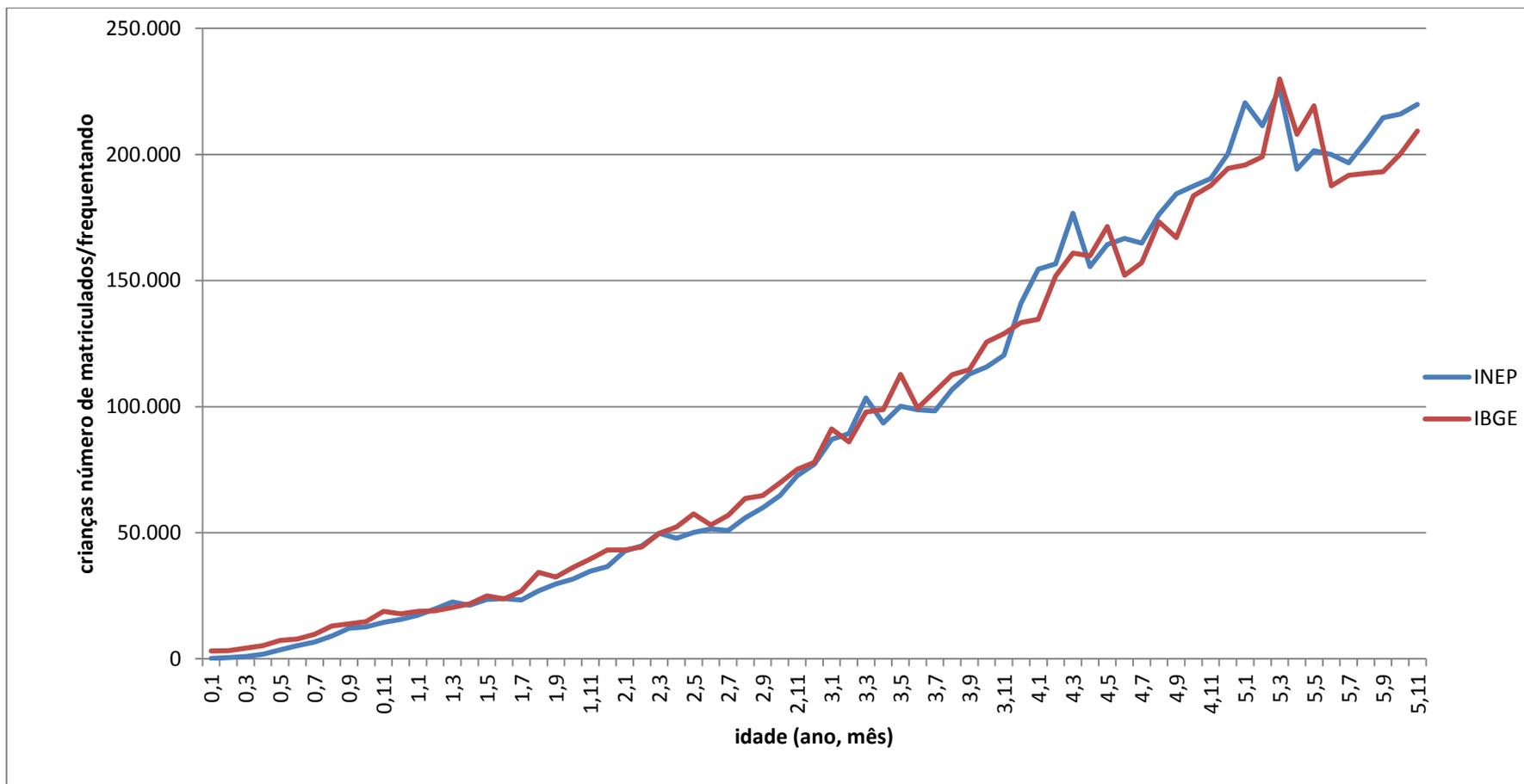
Tabela 1. Número de crianças matriculadas/frequendo creche ou escola por “idade civil” (ano, mês), segundo a fonte de dados. Brasil 2010.

Ano,mês*	INEP	IBGE	Ano,mês*	INEP	IBGE	Ano,mês*	INEP	IBGE
0,1	186	3.077	2,1	42.804	43.229	4,0	141.042	133.344
0,2	453	3.248	2,2	44.820	44.432	4,1	154.572	134.630
0,3	916	4.182	2,3	49.803	49.763	4,2	156.587	151.754
0,4	1.810	5.202	2,4	47.775	52.337	4,3	176.744	160.946
0,5	3.503	7.341	2,5	50.121	57.519	4,4	155.509	159.767
0,6	5.158	7.862	2,6	51.542	53.097	4,5	164.334	171.410
0,7	6.646	9.651	2,7	50.903	56.869	4,6	166.683	152.110
0,8	9.030	13.043	2,8	55.904	63.651	4,7	164.893	157.054
0,9	12.077	13.884	2,9	59.828	64.705	4,8	176.259	173.356
0,10	12.693	14.731	2,10	64.672	69.772	4,9	184.382	167.015
0,11	14.420	18.826	2,11	72.583	75.164	4,10	187.454	183.635
1,0	15.579	17.832	3,0	77.113	77.936	4,11	190.379	187.649
1,1	17.291	18.809	3,1	86.952	91.194	5,0	200.363	194.545
1,2	19.784	19.030	3,2	89.348	85.959	5,1	220.487	195.837
1,3	22.577	20.347	3,3	103.494	97.830	5,2	211.427	199.050
1,4	21.255	21.796	3,4	93.508	98.873	5,3	226.112	229.935
1,5	23.499	24.985	3,5	100.181	112.851	5,4	194.169	208.009
1,6	23.873	23.758	3,6	98.767	99.433	5,5	201.554	219.281
1,7	23.331	26.819	3,7	98.279	106.011	5,6	199.959	187.579
1,8	26.903	34.333	3,8	106.864	112.721	5,7	196.654	191.704
1,9	29.665	32.449	3,9	112.911	114.657	5,8	205.113	192.486
1,10	31.681	36.301	3,10	115.782	125.631	5,9	214.554	193.217
1,11	34.768	39.516	3,11	120.335	128.912	5,10	216.003	200.257
2,0	36.619	43.213				5,11	219.887	209.302

Fonte: microdados do Censo Escolar 2010 processados por Amélia Artes e dados do Censo Demográfico 2010 processados por Carlos Roberto Arieira (DPE/IBGE, 30/09/2012).

* Nota: a simbologia adotada para representar a idade consistiu em usar o primeiro algarismo para ano de vida e o segundo, após a vírgula, para indicar o(s) mês(es).

Gráfico 1. Número de crianças matriculadas frequentando creche ou escola por “idade civil” (ano, mês) na data de referência, segundo a fonte dos dados. Brasil 2010.



Fonte: microdados do Censo Escolar 2010 processados por Amélia Artes e dados do Censo Demográfico processados por Carlos Roberto Arieira (DPE/IBGE, 30/09/2012).Elaboração do gráfico: Fúlvia Rosemberg e Amélia Artes – outubro 2013.

Como consequência, o “envelhecimento” das crianças, decorrente do procedimento para cálculo de idade do Censo Escolar 2010 – produzido, exclusivamente no plano do processamento e que introduz uma defasagem frente às “idade civis” –, acarreta uma diferença no número de crianças matriculadas na creche ou escola, porque cada mês de vida conta para o início da escolarização das crianças pequenas. Nossa constatação é que o procedimento atual de cálculo de idade do Censo Escolar 2010 reduz o número de matrículas de crianças nas idades menores por envelhecê-las”⁶.

A tabela 2, sem ajuste do cálculo de idade, a distribuição do número e do percentual de matrículas do Censo Escolar 2010, para cada mês e ano de nascimento da criança, permite apreender, nitidamente, a particularidade da tendência à diminuição do número e percentual de matrículas mês a mês após o mês de referência do Censo Escolar 2010 (maio), cada ano civil.

⁶ A média de idade de crianças matriculadas em creche ou escola com idade de até 6 anos variou entre 4,66 anos quando calculada pelo modo habitual e 4,14 anos pelo cálculo ajustado.

Tabela 2. Distribuição do número e percentual de crianças matriculadas por ano e mês de nascimento pelo cálculo de idade do Censo Escolar 2010. Brasil 2010.

Mês de nascimento	Ano de nascimento													
	2010 (menos de 1 ano)		2009 (1 ano)		2008 (2 anos)		2007 (3 anos)		2006 (4 anos)		2005 (5 anos)		2004 (6 anos)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 janeiro	3.503	51,0%	23.499	13,1%	50.121	11,3%	100.181	11,1%	164.334	10,3%	201.554	8,7%	245.073	9,0%
2	1.810	26,4%	21.255	11,8%	47.775	10,8%	93.508	10,3%	155.509	9,7%	194.169	8,4%	235.890	8,7%
3	916	13,3%	22.577	12,5%	49.803	11,3%	103.494	11,4%	176.744	11,0%	226.112	9,7%	260.924	9,6%
4	453	6,6%	19.784	11,0%	44.820	10,1%	89.348	9,9%	156.587	9,8%	211.427	9,1%	247.985	9,1%
5 maio	186	2,7%	17.291	9,6%	42.804	9,7%	86.952	9,6%	154.572	9,7%	220.487	9,5%	246.049	9,1%
6	-	0,0%	15.579	8,7%	36.619	8,3%	77.113	8,5%	141.042	8,8%	200.363	8,6%	230.338	8,5%
7	-	0,0%	14.420	8,0%	34.768	7,9%	72.583	8,0%	120.335	7,5%	190.379	8,2%	219.887	8,1%
8	-	0,0%	12.693	7,1%	31.681	7,2%	64.672	7,1%	115.782	7,2%	187.454	8,1%	216.003	7,9%
9	-	0,0%	12.077	6,7%	29.665	6,7%	59.828	6,6%	112.911	7,0%	184.382	7,9%	214.554	7,9%
10	-	0,0%	9.030	5,0%	26.903	6,1%	55.904	6,2%	106.864	6,7%	176.259	7,6%	205.113	7,5%
11	-	0,0%	6.646	3,7%	23.331	5,3%	50.903	5,6%	98.279	6,1%	164.893	7,1%	196.954	7,2%
12 dezembro	-	0,0%	5.158	2,9%	23.873	5,4%	51.542	5,7%	98.767	6,2%	166.683	7,2%	199.959	7,4%
Total	6.868	100,0%	180.009	100,0%	442.163	100,0%	906.028	100,0%	1.601.726	100,0%	2.324.162	100,0%	2.718.729	100,0%

Fonte: microdados do Censo Escolar 2010 e microdados do Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Fúlvia Rosemberg e Amélia Artes – outubro 2013.

Acatando, então, a recomendação da “Nota Técnica 01/2013 do INEP”, ajustamos o cálculo de idade do Censo Escolar 2010 para efeito de comparações. O ajuste do cálculo de idade consistiu em redistribuir os dados de matrícula conforme uma nova organização dos agrupamentos de idade, de modo a adequá-los à “idade civil” da criança na data de referência (quadro 6).

Quadro 6. Informações seletas sobre cálculo de idade habitual e ajustado referente ao Censo Escolar 2010. Brasil.*

Idades	Cálculo habitual (1)		Cálculo ajustado (2)		Diferença (2-1)
	Procedimento	Matrículas	Procedimento	Matrículas	
menos de 1 anos	Crianças nascidas entre janeiro e maio 2010 (2010–2010=0)	6.868	Crianças nascidas entre maio 2010 e junho 2009	82.471	75.603
1 ano	Crianças nascidas em 2009 (2010 - 2009=1)	180.009	Crianças nascidas entre maio 2009 e junho 2008	311.246	131.237
2 anos	Crianças nascidas em 2008 (2010-2008=2)	442.163	Crianças nascidas entre maio 2008 e junho 2007	667.868	225.705
3 anos	Crianças nascidas em 2007 (2010-2007=3)	906.028	Crianças nascidas entre maio 2007 e junho 2006	1.267.463	361.435
4 anos	Crianças nascidas em 2006 (2010-2006=4)	1.601.726	Crianças nascidas entre maio 2006 e junho 2005	2.078.159	476.433
5 anos	Crianças nascidas em 2005 (2010-2005=5)	2.324.162	Crianças nascidas entre maio 2005 e junho 2004	2.536.557	212.395
	Total	5.460.956	Total	6.943.764	1.482.808

* Nota: para a reorganização das idades, e facilitar os procedimentos, o cálculo ajustado baseou-se no mês e ano de nascimento, excluindo-se, portanto, o dia.

Neste momento de nossa análise, não efetuamos o ajuste para as idades que não correspondem à educação infantil. De acordo com a lógica do ajuste efetuado, dever-se-á observar uma tendência à diminuição do número de matrículas em idades posteriores e uma alteração da distribuição das idades por etapa da educação básica.

A partir deste ajuste, efetuamos comparações entre os dados do Censo Escolar 2010 e do Censo Demográfico 2010, objeto do próximo tópico.

3. Comparações

Ao se alterar o cálculo de idade do Censo Escolar 2010 ajustando-o ao da “idade civil” da criança, observa-se, simultaneamente: o aumento do número de matrículas nas idades iniciais de crianças tendo até 3 anos – de 1.535.068 para 2.329.048; maior proximidade entre os dados do Censo Escolar 2010 e do Censo Demográfico 2010 (Tabela 3).

Com efeito, a proximidade entre os dados de ambas fontes passa a ser notável: quando adotamos o método habitual de cálculo do Censo Escolar 2010, observamos uma diferença de 1.789.665 unidades na faixa etária de 0 a 6 anos; ao se ajustar o cálculo para a “idade civil”, a diferença cai para 88.090 unidades (tabela 3), resultado obtido mantendo-se a data de referência de cada instituição coletora de dados.

Tabela 3. Comparação entre o número de crianças matriculadas em creche/escola pelo cálculo habitual do Censo Escolar 2010 (1) e cálculo pela “idade civil” (2) ao número de crianças frequentando creche ou escola conforme Censo Demográfico 2010, por idades. Brasil 2010.

Idades	Censo Escolar 2010		Censo Demográfico 2010 (3)*	Diferença 1 - 3	Diferença 2 - 3
	Cálculo habitual (1)	Cálculo pela “idade civil” (2) *			
menos de 1 ano	6.868	82.471	122.682	-115.814	-40.211
de 1 ano a menos de 2 anos	180.009	311.246	352.716	-172.707	-41.470
de 2 anos a menos de 3 anos	442.163	667.868	736.072	-293.909	-68.204
de 3 anos a menos de 4 anos	906.028	1.267.463	1.364.479	-458.451	-97.016
total 0 a 3 anos	1.535.068	2.329.048	2.575.949	-1.040.881	-246.901
de 4 anos a menos de 5 anos	1.601.726	2.078.159	2.085.264	-483.538	-7.105
de 5 anos a menos de 6 anos	2.324.162	2.536.557	2.561.720	-237.558	-25.163
total 4 e 5 anos	3.925.888	4.614.716	4.646.984	-721.096	-32.268
total 0 a 5 anos	5.460.956	6.943.764	3.040.933	- 1.761.977	-279.169
de 6 anos a menos de 7 anos	2.718.729	2.937.496	2.746.417	-27.688	191.079
Total	8.179.685	9.881.260	9.969.350	-1.789.665	-88.090

Fonte: microdados do Censo Escolar 2010 processados por Amélia Artes e microdados do Censo Demográfico 2010 processados por Carlos Roberto Arieira (DPE/IBGE, 30/09/2012). Elaboração: Fúlvia Rosemberg e Amélia Artes –outubro de 2013.

* Nota: o corte para delimitar a idade em anos de vida ocorreu em consonância com o mês de referência de cada instituição.

4. Conclusões

- A disponibilidade de dados coletados por dia, mês e ano de nascimento no Censo Escolar permite ajustes no cálculo de idade do/a aluno/a matriculado/a na educação básica.
- O cálculo de idade adotado pelo Censo Escolar 2010 (ano do censo – ano de nascimento) “envelhece” as crianças com relação a sua “idade civil” na data de referência.
- Ao se ajustar o cálculo de idade do Censo Escolar 2010 à “idade civil” da criança em maio de 2010, aumenta-se o número de matrículas em idades menores e as diferenças entre os dados ali coletados e aqueles coletados pelo Censo Demográfico 2010 diminuem sensivelmente.

Em vista desses apontamentos, sugere-se:

- ampliar o experimento, efetuando ajuste do cálculo para idades mais avançadas a partir de 7 anos;
- verificar a pertinência técnica e política de se ajustar o cálculo de idade do Censo Escolar à “idade civil” do/a aluno/a na data de referência (última quarta-feira do mês de maio) nas estatísticas referentes a “matrícula por idade” na educação básica;
- manter a data de referência do Censo Escolar;
- manter o planejamento de ida a campo para apreender o conceito “nativo” de creche e de pré-escola;
- verificar junto, ao IBGE, as possibilidades e condições para eliminar a categoria “classe de alfabetização” de suas pesquisas domiciliares, bem como não eliminar informações sobre frequência à creche ou escola em decorrência da “crítica” à distribuição dos dados (“zerar” a frequência em categorias incompatíveis com a definição legal da etapa).⁷

Observação: às páginas 34 a 42, após as referências bibliográficas, foram incluídas duas tabelas que podem complementar as observações do estudo.

⁷ O texto 2 aprofundou este aspecto.

Parte 2. Subsídios para aprimoramento da conceituação de creche e pré-escola nos inquéritos domiciliares do IBGE

Este estudo consistiu na análise da conceituação de educação infantil, nomeadamente de creche e pré-escola, apreendida nos instrumentos de coleta e divulgação de dados das pesquisas domiciliares (Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios/PNADs) no período 1991-2012. Esta análise tem por objetivo geral subsidiar propostas para melhoria nos instrumentos para monitoramento de políticas de educação infantil, particularmente a implementação da obrigatoriedade de matrícula/frequência na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos.

O procedimento consistiu na análise de “Manuais de entrevista”, “Notas técnicas”, “Instrumento de coleta” e “Glossário” das PNADs e Censos Demográficos. Pesquisaram-se definições de termos, expressões, conceitos e quesitos (quadro 1), bem como títulos e cabeçalhos de tabelas em canais de divulgação.

Quadro 1. Principais termos, expressões e conceitos analisados nos instrumentos referentes aos inquéritos domiciliares do IBGE.

- Estudante
- Frequência à escola e creche
- Rede de ensino
- Taxa de escolarização
- Curso
- Creche
- Pré-escola(r)

Nos inquéritos domiciliares regulares realizados pelo IBGE, a investigação sobre “Características de educação” dos moradores, até a PNAD 1993, incluía apenas pessoas tendo 5 anos e mais. Foi apenas a partir da PNAD 1995 que esta informação foi incluída para todas as idades, incluindo, portanto crianças de 0 a 4 anos. A informação passou a ser coletada também nos censos demográficos a partir de 2000. Portanto, a PNAD 1993 pode ser considerada o último inquérito domiciliar do “antigo regime” (Rosemberg, 1999).

Até 1993, a investigação sobre “características de instrução dos moradores”, efetuada para “moradores de 5 anos ou mais”, partia da pergunta “... frequenta escola?” (IBGE, 1993, p. 112-114), seguida do quesito 3 “Qual é o curso que ... frequenta?”. Esse quesito incluía a pré-escola (“pré-escolar” conforme nomenclatura do IBGE) como um curso, mas não entre os cursos regulares: “curso pré-escolar (maternal, jardim de infância, classe de alfabetização – C.A., etc.)” (IBGE, 1993, p. 113).

A extensão da investigação da escolaridade para crianças com menos de 5 anos e a inclusão da creche entre as alternativas introduzidas na PNAD 1995⁸, pouco alteraram a redação dos quesitos, ocorrendo, apenas, o acréscimo da creche como uma alternativa a mais entre os “cursos”. No “Manual de entrevista da PNAD 1995” (a primeira do “novo regime”) pode-se ler que o

“questionário destina-se a todos os moradores, e permite caracterizar:

- as pessoas analfabetas;
- os estudantes;
- as crianças que frequentam pré-escola ou creche;
- as pessoas que não são estudantes mas já frequentaram escola;
- as pessoas que só frequentaram pré-escola ou creche; e
- as pessoas que nunca frequentaram escola.” (IBGE, 1995, p. 114, grifos nossos).

Como ocorre em outros manuais de entrevista, o de 1995 informou, também, “algumas formas de utilização” das informações sobre educação, dentre as quais assinalava: “captar a população infantil que frequenta cursos pré-escolares ou creches” (IBGE, 1995, p. 115). E, pela primeira vez, inclui-se, no corpo de uma PNAD (e não em Suplemento)⁹, um quesito que contém o termo creche.

“Quesito 2 - ... frequenta escola ou creche?”

Este quesito visa a captar se a pessoa é estudante ou frequenta creche.

Assinale, conforme o caso, a quadrícula:

2. **sim**: para a pessoa que frequenta: (...)

d) curso pré-escolar (maternal, jardim de infância, classe de alfabetização – C.A., etc.); (...)

g) creche

Considera-se como creche o estabelecimento juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência diurna a crianças nas pequenas idades” (IBGE, 1995, p. 115-117, grifos nossos).

Mais adiante, informa quando **não** se considera que a pessoa frequenta escola ou creche.

“4. **não** – para as pessoas que:

- não frequenta qualquer curso ou creche;
- frequenta curso que não seja um dos descritos no código anterior (...)
- fica regularmente ou não, sob os cuidados de pessoa que cuida de crianças em seu próprio domicílio ou de terceiros, mediante pagamento ou não.

Exemplo:

A criança que fica sob os cuidados de mãe crecheira ou de babá” (IBGE, 1995, p. 115-117, grifo nosso).

⁸ O IBGE não realizou a PNAD em 1994.

⁹ O Suplemento da PNAD 1985 já havia incluído o termo creche (Rosemberg, 1996 e 1999).

Observa-se que as instruções são precisas para não se incluírem na categoria “frequência à creche” modelos não-formais, incompletos ou não regulares. Deve-se notar, também, que essas instruções e conceituações foram elaboradas antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), quando a creche e a pré-escola ainda não eram legalmente consideradas etapas (ou sub-etapas) da educação infantil, compondo o nível da educação básica, juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio.

De lá para cá, mesmo após a promulgação da LDB/1996, a formulação pouco mudou nos questionários e “Manuais de entrevista”, atualizando-se, apenas, a nomenclatura dos níveis, etapas e modalidades da educação. Ou seja, não ocorreu uma reestruturação geral do questionário conforme mudança na estrutura da educação brasileira em acordo com a nova conceituação como observaremos na análise de terminologia, conceitos e definições.

Terminologia, conceitos, definições. A terminologia educacional atualmente em uso na produção e divulgação dos dados nas PNADs e censos demográficos necessitaria de uma revisão para ajustar-se ao vocabulário da LDB/1996. Iniciamos com a análise da conceituação incluída na publicação “Síntese dos Indicadores Sociais” por estar disponível na internet em suas várias edições anuais cobrindo a primeira década de 2000 até a atualidade, versões que são acompanhadas da sessão “Notas técnicas” e do “Instrumento de coleta”.

A sessão “Notas técnicas” integra as páginas introdutórias das “Sínteses”, na qual são conceituados os termos adotados na publicação. No tópico “Características da educação”, são apresentados termos ou expressões que nos interessam. No rol abaixo foram incluídos termos ou expressões captados no conjunto das “Sínteses” publicadas a partir de 2001. É necessário afirmar que nem todos termos/expressões constam obrigatoriamente de todas as “Sínteses”.

Quadro 2. Termos/expressões incluídos no tópico “Características de educação” das “Normas técnicas” das “Sínteses de Indicadores Sociais” das PNADs 2001 a 2012.

<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização * • Taxa de analfabetismo * • Estudante 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de escolarização • Frequência à escola (ou creche) • Rede de ensino • Anos de estudo *
---	--

Fonte: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais 2001 a 2012. “Notas técnicas.”

Nem todas as expressões assinaladas no quadro 2 comportariam a inclusão do termo creche e que foram assinaladas com asterisco. Para as demais, pode-se supor uma

compatibilidade com a presença do termo: por exemplo, poder-se-ia considerar “estudante” também a criança que frequenta creche. Analisando ano a ano as “Notas técnicas” das “Sínteses”, observamos que não ocorre uma regularidade na inclusão do termo creche nas diferentes expressões. Assim, o termo creche nem sempre aparece nos conceitos e expressões das “Sínteses” assinalados abaixo:

- “frequência à escola”;
- “taxa de escolarização”;
- “rede de ensino”.

Além disso, a “Síntese” de 2007 não incluiu nenhuma vez o termo creche nos conceitos referentes à educação, em nenhuma das tabelas publicadas, mas a pesquisa ocorreu, conforme o “Manual de entrevista”. Portanto, pode-se notar um certo descompasso entre a “Nota técnica” e a pesquisa a que está se referindo.

Quando analisamos, para além da EI, o conjunto das “Normas técnicas” referentes às características da educação, é possível perceber que a concepção de educação ou curso regular adotado é anterior à da LDB/1996, não incluindo a educação infantil, até a “Síntese” de 2012.

Estudante

Foi definida como estudante a pessoa que frequentava curso de ensino regular (fundamental, médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular. (...)

•Destaques: conceituação de ensino regular é restritiva, não inclui creche, denominação “pré-escolar”.

Frequência a escola ou creche

Foi pesquisado se a pessoa era estudante, ou seja, se frequentava curso de ensino regular (fundamental, médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular, ou se frequentava creche. Para que a pessoa que não era estudante e nem frequentava creche, foi investigado se já havia frequentado escola (curso de ensino regular, de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo) ou creche. (...)

O sistema de ensino regular atualmente em vigor compreende: o ensino fundamental, o médio e o superior de graduação. O sistema de ensino regular anterior, mas que ainda pode ser encontrado em vigor, compreende: o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau ou superior. O sistema de ensino regular anterior a estes dois compreendi: o elementar, o médio primeiro ciclo, o médio segundo ciclo e o

superior. (IBGE, “Síntese dos Indicadores Sociais”, PNAD 2012, Notas técnicas, grifos nossos)).

- Destaques: conceituação de ensino regular é restritiva, o conceito “frequência a escola ou creche” inclui creche, ambiguidade da creche na conceituação de estudante, denominação do “pré-escolar”.

Ou seja, a educação infantil (englobando creche e pré-escola) está fora da conceituação de “ensino regular”, que comporta apenas as etapas fundamental, médio e superior. A restrição da conceituação de ensino regular não provem apenas da divulgação na “Síntese”, pois quando analisamos o “Manual de entrevista” da PNAD 2012 observamos a persistência desse mesmo equívoco, conforme transcrição abaixo.

“SISTEMA DE ENSINO REGULAR

O sistema de ensino regular atualmente em vigor (desde 1996) compreende:

- **Fundamental** – estruturado em 8 série ou 9 anos;
- **Médio** – estruturado em 3 ou 4 séries; e
- **Superior de graduação** – cuja estruturação em número de séries varia de acordo com a espécie do curso.

O ensino básico, tanto no nível fundamental como no médio, pode organizar-se em séries anuais, períodos semestrais ou ciclos. No ensino superior de graduação, além das séries anuais, encontra-se o sistema de crédito ou matrícula por disciplina, por semestre ou período (...)” (IBGE, PNAD 2012. “Manual de entrevista”. Corpo básico. Capítulo IX, p. 108, grifos no original).

Também, permaneceu com uma concepção pré LDB/1996, a conceituação de creche, que se mantém a mesma desde a PNAD 1995 e que indica associação com a assistência e não com a educação.

“Considerou-se como creche o estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência a crianças nas primeiras idades.” (IBGE, “Síntese dos Indicadores Sociais”, PNAD 2012, Notas técnicas, grifos nossos).

Sugere-se a revisão da concepção de educação/ensino regular¹⁰ em conformidade com a LDB/1996, bem como a de educação infantil conforme documentos contemporâneos, como a “Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009” que, ao instituir as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”, oferece conceituação completa e coerente com a LDB/1996.

¹⁰ Ver a discussão disponível no glossário do Gestrado da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), bem como a nota 4, do Parecer de Carlos Roberto Jamil Cury n. CNE/CEB 11/2000 .

“Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.”

Uma operacionalização adequada desta conceituação de educação infantil é a que vem orientando a coleta de dados do **Educacenso** e que pode ser encontrada no “Caderno de instruções” do Censo Escolar 2013 (INEP, 2013, Educacenso, p.28)¹¹, não obstante a necessária atualização após a revisão da LDB/2013 (particularmente a obrigatoriedade de matrícula de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola).

“43. Etapas (...)

- **Educação infantil:** Primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida em:

Creche – 0 a 3 anos

Etapa de ensino que educa e cuida da criança de 0 a 3 anos.

Pré-escola – 4 e 5 anos

Etapa de ensino que educa e cuida da criança de 4 a 5 anos.”

Problemas com a terminologia educacional empregada nas PNADs podem ser observados no recente “Glossário”¹² que “apresenta os conceitos e definições correntes utilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e seus suplementos” (IBGE, “Glossário”).

Abaixo, destacamos expressões/termos e seus conceitos relacionados à educação e divulgados no “Glossário”.

área da rede pública de ensino Classificação da área da rede pública a pertence a escola ou creche frequentada pela pessoa em: municipal, estadual ou federal.

- Destaque: área é um termo inadequado.

¹¹

(http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/caderno_instrucoes/2013/caderno_instrucoes_censo_e_scolar_2013.pdf, acionado 30/10/2013).

¹² [www. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf), acionado 28/10/2013.

rede de ensino *Classificação da escola ou creche, de acordo com a sua subordinação administrativa, em: pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.*

●Destaques: subordinação administrativa não é o termo adequado (dependência administrativa) e parece que o termo particular está sendo usado como sinônimo de privado. Conforme LDB/1996, entre as instituições privadas teríamos as particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

tipo de educação infantil ou nível de ensino *Classificação do tipo de educação infantil em: creche e pré-escolar. Classificação do nível de ensino em: fundamental, médio e superior de graduação.*

●Destaques: tipo e nível, o verbete deveria se referir a etapa ou sub-etapa.

estudante *Pessoa que frequenta curso regular (ensino fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular. A pessoa que frequenta somente curso rápido de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.*

●Destaques: conceituação de curso regular, exclusão da creche, denominação pré-escolar.

frequência à creche *Classificação da pessoa, quanto à sua condição de frequência a creche, em: frequenta ou não frequenta. Classifica-se como frequentando creche a criança que frequenta estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência a crianças nas primeiras idades.*

●Destaque: conceituação de creche fora do âmbito da educação.

frequência à creche ou escola *Classificação da pessoa, quanto à sua de frequência a creche ou escola, em: frequenta ou não frequenta. Classifica-se como frequentando creche a criança que frequenta estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência a crianças nas primeiras idades. Classifica-se como frequentando escola a pessoa definida como estudante, isto é, que frequenta curso de ensino regular (fundamental, médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular.*

●Destaques: estudante exclui creche e pré-escola, conceituação de creche fora do âmbito da educação, ensino regular restrito.

frequência a escola *Classificação da pessoa, quanto à sua condição de frequência a escola, em: frequenta ou não frequenta. Classifica-se como frequentando escola a pessoa definida como estudante, isto é, que frequenta curso de ensino regular (fundamental, médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado,*

pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular.

● Destaque: exclui creche, denominação pré-escolar e conceituação de ensino regular restritiva.

taxa de escolarização *Percentagem de estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.*

● Destaque: em decorrência da conceituação de estudante, exclui creche.

taxa de frequência à escola ou creche *Percentagem de pessoas que frequentam escola ou creche de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.*

● Destaque: inclui creche, diferentemente da conceituação anterior.

auxílio para educação ou creche *Benefício recebido no mês de referência da pesquisa, como parte ou totalidade da remuneração da pessoa que é empregada ou trabalhadora doméstica no trabalho principal da semana de referência. Entende-se como auxílio para educação ou creche: a) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com educação (mensalidade ou material escolar), exceto quando é para curso de formação ou especialização de interesse do empreendimento; ou b) o pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com creche ou babá.*

● Destaque: ambiguidade ao incluir babá no verbete

Uma série de outros verbetes (listados a seguir) referentes à educação, integrando o “Glossário”, pareceram-nos adequados ao incluírem a creche no *caput*, não excluírem a creche do corpo da definição e tampouco terem introduzido componentes não previstos pela legislação: “comparecimento a escola ou creche”, “consumo de merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela escola ou creche”, “motivo de não frequentar escola ou creche”; “número de dias sem comparecimento a escola ou creche”; oferta gratuita de merenda escolar ou outra refeição pela escola ou creche”; “principal motivo de não frequentar escola ou creche”; “principal motivo de não ter comparecido a escola ou creche”; “recebimento de benefícios (...) educação ou creche” (no limite); “tempo de permanência diária na escola ou creche”; “tempo habitual de permanência diária na escola ou creche”.

A imprecisão terminológica e conceitual também pode ser captada nos títulos e cabeçalhos das tabelas que, entre outros aspectos, mantém a mesma concepção já destacada nas “Normas técnicas” e no “Glossário”. Vejamos como dados sobre educação foram apresentados na “Síntese dos Indicadores Sociais de 2012” (Tabela 3.4).

“3- educação

Tabela 3.4 – Pessoas que frequentavam creche ou escola, por nível de ensino que frequentavam, segundo a rede de ensino que frequentavam,

o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2012” (“Síntese de Indicadores Sociais”, 2012).

O cabeçalho informa que a desagregação dos dados ocorrerá, entre outros, por nível de ensino quando, de fato, ocorre por nível, etapa e modalidade de ensino, se atentarmos aos cabeçalhos das colunas, conforme abaixo.

Quadro 3. Cabeçalhos da tabela 3.4.

Rede de ensino que frequentavam, sexo e grupos de idade	Pessoas que frequentavam creche ou escola (1 000 pessoas)								
	Total	Nível de ensino que frequentavam				Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio (1)	Superior (2)
		Educação Infantil		Pré-escolar					
		Creche	Maternal, jardim de infância etc.						

Fonte: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais, 2012. (tabela 3.4).

Conforme a LDB/1996 e seus comentaristas (Oliveira e Adrião, 2007, entre outros), a educação brasileira se estrutura em dois níveis – educação básica e educação superior –, sendo que a educação básica se estrutura em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação de jovens e adultos é considerada, via de regra, uma modalidade de ensino.

Ao fixarmos atenção no “Pré-escolar” no cabeçalho da tabela 3.4, observamos: a denominação legal é pré-escola e não “pré-escolar”; as duas categorias que o compõem – “maternal, jardim de infância, etc.” e “classe de alfabetização” – não fazem parte da estrutura do ensino brasileiro. A inclusão das classes de alfabetização na pré-escola constitui um equívoco a ser desfeito com urgência. Conforme a própria conceituação do IBGE, inclusive no próprio “Manual de entrevista” do Censo Demográfico, a classe de alfabetização aparece como curso autônomo, não subsumido no “pré-escolar”. Portanto, a pergunta ao respondente não adotou a mesma categorização que aquela que consta do cabeçalho da tabela 3.4. Além do equívoco, tais incongruências dificultam a fixação da conceituação de creche e pré-escola na sociedade ampla, e entre gestores da educação.

Outro óbice à fixação do conceito de creche e pré-escola como sub-etapas da educação básica delimitadas pela idade das crianças provém dos agrupamentos etários usados pelo IBGE na divulgação de dados agregados de frequência à creche ou escola. Além de as “Sínteses dos Indicadores Sociais” nem sempre divulgarem dados sobre toda a educação infantil (exemplo a “Síntese” de 2007), ao divulgarem-nos, adota, de preferência, os agrupamentos “0 a 3 anos; 4 anos; 5 ou 6 anos, 7 a 9 anos”. Tal agrupamento não se adequa

mais à estrutura e organização da educação brasileira que estabelece: obrigatoriedade de frequência à pré-escola para crianças de 4 e 5 anos; início do ensino fundamental aos 6 anos.

É necessário informar, também, que a educação da criança de 0 a 3 anos e o termo creche foram excluídos do Banco Multidimensional de Estatísticas do IBGE. A variável V4801 “Estudante, grau e série frequentados” não inclui creche, iniciando o rol de cursos com “maternal, jardim de infância, etc.”.

“Estudante, grau e série frequentados (2007)

V4801

Grau do curso em conjunto com a série frequentada, por pessoa que frequenta estabelecimento de ensino na data da pesquisa, matriculada em curso regular ou supletivo seriado, ou, para quem faz curso organizado em sistema de créditos, fases, períodos etc., a correspondente conversão para o grau/série de cursos regulares anuais.

Nota: informação pesquisada a partir de 2007.

Classificação da Informação:

- 1 - Maternal, jardim de infância etc.
- 2 - Classe de alfabetização
- 3 - Alfabetização de adultos
- 4 - 1ª série do ensino fundamental regular em 8 anos
- 5 - 2ª série do ensino fundamental regular em 8 anos (...).” (BME - Banco Multidimensional de Estatísticas, grifos nossos)¹³.

Para a análise da terminologia e conceituação dos últimos censos demográficos, é necessário lembrar que até o Censo Demográfico 1991, não se dispunham de informações censitárias sobre a característica da “instrução” dos moradores com menos de 5 anos de idade e a creche não figurava entre os “cursos” (Rosemberg, 1999). A inclusão da creche e das crianças com menos de 5 anos ocorreu a partir do Censo Demográfico 2000, apesar de o Censo de 1991 ter incorporado o “Pré-escolar” entre as alternativas de “curso”. Assim, na conceituação de “Frequência à escola”, o Censo Demográfico 1991 afirmava: “Considerou-se como frequência à escola não só o atendimento a cursos regulares, mas também a Pré-escolar, Alfabetização de adultos (...). A investigação limitou-se às pessoas de 5 anos ou mais de idade” (IBGE, Censo Demográfico 1991, Características Gerais da População e Instrução. Resultados da Amostra, p. 24).

Nomenclatura e conceituação dos censos demográficos nem sempre convergem, tampouco convergem com aquelas referentes às PNADs. O Censo Demográfico 2000 é o que apresenta uma concepção de ensino regular a mais próxima da LDB/1996 ao incluir ao menos a pré-escola, mas cinde a educação infantil e exclui a creche, mantendo, para esta, a concepção já apontada vinculada à assistência. Porém, mantém o termo creche em todas as expressões e se refere à diversidade de “denominações” da pré-escola “que varia de acordo

¹³ www.ibge.gov.br, acesso 30/10/2013.

com a região”, indicando tratar-se de linguagem “nativa”. Não discrimina classe de alfabetização, outro ponto positivo.

O Censo Demográfico 2010 também inclui a creche em todas as expressões, mantém sua conceituação vinculada à assistência, inclui classe de alfabetização entre os cursos e altera o modo de usar a expressão curso regular (quadro 4).

Quadro 4. “Conceitos e definições” adotados pelos Censo Demográficos 2000 e 2010 nos quesitos sobre educação.

2000 (1)	2010 (2)
<p>Frequência à creche ou escola Considerou-se como frequentando creche, a criança matriculada em estabelecimento destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades. Considerou-se como frequentando escola, a pessoa matriculada em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso regular - pré-escola, ensino fundamental, 1o grau, ensino médio, 2o grau, superior (3o grau), mestrado ou doutorado; • Curso de alfabetização de adultos; ou • Curso pré-vestibular. <p>Também foi considerada como frequentando a escola, a pessoa matriculada que estava impedida, temporariamente, de comparecer às aulas por motivo de doença, etc.</p> <p>Nível de ensino Investigou-se o nível de ensino que a pessoa frequentava. Definiu-se como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Creche - o estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades; • Pré-escolar - curso destinado, geralmente, a crianças de idade inferior a 7(sete) anos, recebendo denominações que variam de acordo com a região e o nível alcançado pelas crianças: maternal, jardim de infância, jardim I, etc.; <p>Rede de ensino - a creche ou escola que ministrava o curso que a pessoa frequentava foi classificada, de acordo com a rede de ensino a que pertencia, como de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede pública: quando a creche ou escola era de estabelecimento de ensino da rede pública (federal, estadual ou municipal). • Rede particular: quando a creche ou escola era de estabelecimento de ensino da rede particular, inclusive aquele mantido por associação de moradores, empresa, fundação ou doações; ou 	<p>Frequência a escola ou creche Frequentava escola ou creche Considerou-se que frequentava creche a criança que estava matriculada e frequentava estabelecimento, juridicamente regulamentado ou não, destinado a dar assistência diurna às crianças nas primeiras idades. Considerou-se que frequentava escola, ou seja, era estudante, a pessoa que estava matriculada e frequentava curso: pré-escolar (maternal ou jardim de infância); classe de alfabetização - CA; de alfabetização de jovens e adultos - AJA; regular, do ensino fundamental ou do ensino médio; de educação de jovens e adultos - EJA, do ensino fundamental ou do ensino médio; superior; de mestrado; de doutorado; ou de especialização de nível superior (mínimo de 360 horas de duração). (...)</p> <p>Não frequentava, mas já frequentou escola ou creche Para a pessoa que não frequentava escola, considerou-se que já havia frequentado escola ou creche quando, anteriormente, frequentou creche ou um dos cursos definidos para a pessoa que frequentava escola ou dos sistemas de ensino que vigoraram antes. (...)</p> <p>Rede de ensino A escola ou a creche que a pessoa frequentava foi classificada, de acordo com a rede de ensino a que pertencia, em:</p> <p>Pública - quando a escola ou creche que a pessoa frequentava era de estabelecimento de ensino da rede pública (federal, estadual ou municipal); ou</p> <p>Particular - quando a escola ou creche que a pessoa frequentava era de estabelecimento de ensino da rede particular, inclusive aquele mantido por associação de moradores, empresa, fundação ou doação.</p>

Fonte: 1) IBGE. Censo Demográfico 2000. Características gerais da população. Resultados das Amostras. Notas Metodológicas (p. 30-31).

2) IBGE. Censo Demográfico 2010. Resultados preliminares da amostra, Notas. Metodológicas (p.20-21).

A necessidade de um ajustamento das concepções que norteiam a coleta, o processamento e a divulgação das informações das PNADs e censos demográficos à legislação atual, bem como ao uso prevalente pela sociedade, se faz sentir em outras particularidades de seus inquéritos. Destacamos, a seguir, para sustentar tal assertiva, mais dois tópicos: a manutenção nos questionários, processamento e divulgação de dados sobre classe de alfabetização; a crítica aos dados.

Classes de alfabetização. As PNADs entre 2007 e 2012 e o Censo 2010 voltaram a incluir as classes de alfabetização no questionário, processamento e divulgação dos dados. Tal introdução foi justificada na PNAD 2007 como decorrência da Lei 11.274 (06/02/2006) que determinou a obrigatoriedade de início do ensino fundamental aos 6 anos de idade.¹⁴ A extensão da transição por período ainda mais longo que o previsto em lei (2010), apesar de explicitada, não se justifica.

A reintrodução da classe de alfabetização entre as alternativas de “curso” impede uma comparação mais acurada entre os dados coletados pelo IBGE e os sistematizados pelo INEP, instituição que eliminou, das alternativas, a classe de alfabetização. Conforme estimativas da PNAD 2012, eram 506 mil pessoas que estariam frequentando classes de alfabetização, 415 mil (82%) tendo entre 5 e 6 anos. Em acordo com as etapas da educação básica, essas crianças não se situam nem na EI (apesar de alguns cabeçalhos de tabelas aí incluírem as crianças), tampouco no ensino fundamental.¹⁵

A “crítica” aos dados. Atualmente, os dados coletados para crianças de 0 a 6 anos sofrem “crítica” no processo de tabulação, que aproxima a idade à etapa/sub-etapa educacional legal. Assim, as crianças de até 3 anos, pelos dados da PNAD 2012, só frequentariam creche; as de 4 anos não frequentariam classe de alfabetização e ensino fundamental; as de 5 e 6 anos não frequentariam creche. Isto é, praticamente não encontraríamos “crianças fora do lugar”, frequentando etapa educacional que não aquela legalmente determinada. Em decorrência, os dados divulgados da PNAD 2012 na “Síntese dos Indicadores” (tabela 3.4) informam que: das crianças frequentando creche ou escola, frequentariam “creche”: 100% das de 3 anos

¹⁴ O Censo Escolar desde 2005 não mais inclui a classe de alfabetização em seus questionários. Anterior a esta data, os Censos Escolares de 2000, 2001, 2002 e 2004 incluíam a alternativa classe de alfabetização.

¹⁵ A história de inclusão e retirada da classe de alfabetização nas pesquisas sob responsabilidade do IBGE e do INEP não é linear, sendo difícil estabelecerem-se séries históricas (ver Rosemberg, 1999).

(“crianças no lugar”), 67% das de 4 anos (“crianças fora do lugar”) e nenhuma criança de 5 ou 6 anos.

Como os procedimentos adotados na crítica não são publicados, não foi possível monitorar ano a ano como foram efetuadas as críticas. Parece-nos indispensável uma análise sobre vantagens e inconvenientes de procedimentos de crítica para que se possam constituir séries históricas para acompanhar a tendência nacional de frequência à creche ou escola de crianças de até 5 anos de idade.¹⁶

Considerações finais

Ao se apresentarem essas imprecisões e variações terminológicas e conceituais no vocabulário educacional das PNADs e dos censos demográficos e de sua divulgação, não estamos sugerindo que a nomenclatura legal deva percorrer sempre e todos os instrumentos para coleta de dados. Por exemplo, entendemos que para a coleta de dados perguntar que “curso” ou “tipo” de educação infantil a criança frequenta pode estar mais próximo do vocabulário do respondente. Mas, para títulos de tabelas e cabeçalhos de colunas nas tabelas ou definições, consideramos que a adequação ao vocabulário legal seria a melhor opção.

Por outro lado, a inclusão ou exclusão do termo creche nos diferentes verbetes, bem como a persistência de terminologia e conceituação prévias à LDB/1996 e distantes do uso socialmente prevalente merecem ser revistas. Como sabemos, a creche ainda constitui sub-etapa da educação brasileira que necessita fixar sua permanência legítima no sistema educacional, tarefa que pode contar com o auxílio de vocabulário preciso e pertinente e de sua visibilidade nas estatísticas educacionais.

Mesmo que eventuais acordos internacionais devam ser considerados, as estatísticas divulgadas em publicações nacionais em português visam ao público nacional. E, como apontado acima, terminologia, conceituações e estatísticas participam da inclusão legítima da creche no sistema educacional brasileiro.

Diante do exposto, apresentamos, a seguir, algumas sugestões.

- Revisão da terminologia e conceituação educacionais adotadas pelo IBGE nos diversos inquéritos domiciliares, por especialista em estrutura e organização da educação, na medida em que as inadequações extrapolam a educação infantil;

¹⁶ Na década de 1990 a OREALC publicou importante matéria sobre a questão (ver Kappel, 1994). Não localizamos textos atuais.

- atualizar a conceituação de creche, atualizar a nomenclatura e conceituação de pré-escola, evitando exclusão da creche e adoção de terminologia “fantasia” na definição do glossários usados pelo IBGE, bem como na titulação de tabelas e cabeçalhos de tabelas;
- aproximar, na medida do possível, a conceituação e terminologia adotadas pelo IBGE e pelo INEP (por que o IBGE usa, por exemplo, “situação” para domicílio e o INEP “localização” para escola?), particularmente de educação infantil, creche e pré-escola;
- proceder à análise das consequências de eliminação da alternativa “classe de alfabetização” na coleta de dados, visando a sua retirada. Diante de eventuais problemas decorrentes da interrupção de séries históricas (2007 a 2012) e daqueles decorrentes de equívoco de conceituação e de inadequação para o monitoramento da obrigatoriedade de matrícula/frequência na pré-escola de crianças de 4 e 5 anos, parece-nos procedente sugerir a retirada da alternativa “classe de alfabetização” dos instrumentos de coleta do IBGE;
- retirar ou identificar a crítica das idades em relação às etapas;
- delimitar os grupos de idade na difusão de estatísticas educacionais conforme o legalmente instituído para creche, pré-escola e ensino fundamental;
- incluir sempre a creche na divulgação das estatísticas educacionais, bem como estabelecer recortes ou agrupamentos de idade nas estatísticas educacionais conforme as etapas.

Referências bibliográficas

ANTÔNIO, Cíntia Moura de Almeida. *O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011)*. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação. Programa de Mestrado Profissional em Educação, Universidade de Brasília, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº5, de 17 de dezembro de 2009*. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11, de 10 de maio de 2000*. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O que mudou no Censo Escolar da educação básica. *Boletim de Estudos Educacionais do INEP: Na medida*. ano 1, n. 3, p. 10-14, set. 2009.

_____. *A educação infantil nas estatísticas do Censo Escolar do INEP*. Rio de Janeiro, out. 2008, Mimeo.

_____. *Caderno de Instruções*. Censo Escolar da Educação Básica <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/caderno_instrucoes/2013/caderno_instrucoes_censo_escolar_2013.pdf>. Acesso em: 30/10/2013).

_____. *Censo Escolar 2010*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. *Nota Técnica 01/2013*. Brasília, mar. 2013. Mimeo. (circulação restrita?).

_____. *Resumo Técnico 2010*. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Condições educacionais de crianças de 0 a 6 anos residindo em área rural a partir de dados secundários: relatório 2*. Brasília, MEC/COEDI; UFRGS, 2012.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11 de 2000*. Brasília: MEC, 2000.

CAMPOS, Maria Malta; ESPOSITO, Yara; GIMENES, Nelson. Acesso e qualidade na educação infantil. In: TODOS PELA EDUCAÇÃO. *De olho nas metas 2012*. São Paulo, 2013. p. 66-81.

FLETCHER, Philip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. *PNADs em foco: anos 80*. In: SAWYER, Diana Oya (Org.). *PNADs em foco. Anos 80*. Belo Horizonte, 1988. s/e.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco Multidimensional de Estatísticas*. Disponível em: <<https://www.bme.ibge.gov.br/app/adhoc/indexjsp>>. Acesso em: 31 out. 2013.

- _____. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1993*, Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 112-114.
- _____. *Censo Demográfico 2000: características gerais da população: resultados das Amostras. Notas metodológicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 30-31.
- _____. *Censo Demográfico 2010. Resultados preliminares da amostra: notas Metodológicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 20-21.
- _____. *Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997: manual do entrevistador*. IBGE, 2012.
- _____. *Glossário*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.
- _____. *Síntese dos Indicadores*. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 31 out. 2013.
- GUSSO, Divonzir Arthur. *Escolarização e déficit escolar: os fatos e as versões*. [S.l.]: IPLAN, dez. 1982. Mimeo.
- KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli. Sistema de informações na educação infantil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1., 1994, Brasília. *Anais...* Brasília: MEC/SEF, 1994. p. 74-77.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Sistema de informações sobre educação infantil no Brasil. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ATENÇÃO À CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS, 4., Brasília. *Anais*. Brasília: MEC, 1996, p. 401-410.
- _____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999.
- _____. O estado dos dados para avaliar políticas de educação infantil. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 20, p. 5-57, jul./dez, 1999,
- ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira (Org.) et al. *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 13-69.

Anexos

Anexo 1. Distribuição de matrículas do Censo Escolar 2010 por dia, mês, ano de nascimento e idades.

Ponto de partida para estudo do cálculo de idade no Censo Escolar 2010

Fúlvia Rosemberg
Amélia Artes
FCC - agosto 2013

GET

```
FILE='C:\documentos\t_aartes\Meus documentos\matriculas Brasil final.sav'.  
DATASET NAME Conjunto_de_dados1 WINDOW=FRONT.  
FREQUENCIES VARIABLES=TP_SEXO  
/ORDER=ANALYSIS.
```

Statistics

TP_SEXO

N	Valid	54131255
	Missing	0

NU_DIA

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1767638	3,3	3,3	3,3
	2	1771867	3,3	3,3	6,5
	3	1790116	3,3	3,3	9,8
	4	1791183	3,3	3,3	13,2
	5	1820605	3,4	3,4	16,5
	6	1797608	3,3	3,3	19,8
	7	1770284	3,3	3,3	23,1
	8	1807414	3,3	3,3	26,4
	9	1772649	3,3	3,3	29,7
	10	1865541	3,4	3,4	33,2
	11	1770328	3,3	3,3	36,4
	12	1809528	3,3	3,3	39,8
	13	1758822	3,2	3,2	43,0
	14	1774252	3,3	3,3	46,3
	15	1813451	3,4	3,4	49,7

16	1777807	3,3	3,3	52,9
17	1778171	3,3	3,3	56,2
18	1788749	3,3	3,3	59,5
19	1762486	3,3	3,3	62,8
20	1855218	3,4	3,4	66,2
21	1758309	3,2	3,2	69,5
22	1776313	3,3	3,3	72,7
23	1768036	3,3	3,3	76,0
24	1717253	3,2	3,2	79,2
25	1772756	3,3	3,3	82,5
26	1760580	3,3	3,3	85,7
27	1763795	3,3	3,3	89,0
28	1781039	3,3	3,3	92,3
29	1618969	3,0	3,0	95,3
30	1612190	3,0	3,0	98,2
31	958298	1,8	1,8	100,0
Total	54131255	100,0	100,0	

NU_MES

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	4495678	8,3	8,3	8,3
	2	4241067	7,8	7,8	16,1
	3	4844074	8,9	8,9	25,1
	4	4640007	8,6	8,6	33,7
	5	4799324	8,9	8,9	42,5
	6	4572019	8,4	8,4	51,0
	7	4554175	8,4	8,4	59,4
	8	4502280	8,3	8,3	67,7
	9	4500214	8,3	8,3	76,0
	10	4408298	8,1	8,1	84,2
	11	4219674	7,8	7,8	92,0
	12	4354445	8,0	8,0	100,0
Total		54131255	100,0	100,0	

NU_ANO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1904	8	,0	,0	,0

1905	1	,0	,0	,0
1906	1	,0	,0	,0
1908	6	,0	,0	,0
1909	8	,0	,0	,0
1910	5	,0	,0	,0
1911	11	,0	,0	,0
1912	7	,0	,0	,0
1913	7	,0	,0	,0
1914	12	,0	,0	,0
1915	17	,0	,0	,0
1916	20	,0	,0	,0
1917	29	,0	,0	,0
1918	42	,0	,0	,0
1919	52	,0	,0	,0
1920	1073	,0	,0	,0
1921	91	,0	,0	,0
1922	183	,0	,0	,0
1923	159	,0	,0	,0
1924	232	,0	,0	,0
1925	261	,0	,0	,0
1926	317	,0	,0	,0
1927	581	,0	,0	,0
1928	565	,0	,0	,0
1929	684	,0	,0	,0
1930	1087	,0	,0	,0
1931	1009	,0	,0	,0
1932	1483	,0	,0	,0
1933	1421	,0	,0	,0
1934	1868	,0	,0	,0
1935	2245	,0	,0	,0
1936	2644	,0	,0	,0
1937	2787	,0	,0	,0
1938	3368	,0	,0	,0
1939	4073	,0	,0	,0
1940	5489	,0	,0	,1
1941	4493	,0	,0	,1
1942	6226	,0	,0	,1
1943	6477	,0	,0	,1
1944	7568	,0	,0	,1
1945	8484	,0	,0	,1
1946	9199	,0	,0	,1
1947	10926	,0	,0	,2

1948	12141	,0	,0	,2
1949	13167	,0	,0	,2
1950	16414	,0	,0	,2
1951	16719	,0	,0	,3
1952	19661	,0	,0	,3
1953	20840	,0	,0	,3
1954	23547	,0	,0	,4
1955	24944	,0	,0	,4
1956	27138	,1	,1	,5
1957	29885	,1	,1	,5
1958	32434	,1	,1	,6
1959	33483	,1	,1	,7
1960	39964	,1	,1	,7
1961	40532	,1	,1	,8
1962	46901	,1	,1	,9
1963	51914	,1	,1	1,0
1964	56124	,1	,1	1,1
1965	59248	,1	,1	1,2
1966	63875	,1	,1	1,3
1967	68617	,1	,1	1,4
1968	75868	,1	,1	1,6
1969	81315	,2	,2	1,7
1970	90400	,2	,2	1,9
1971	92432	,2	,2	2,1
1972	104193	,2	,2	2,3
1973	107278	,2	,2	2,5
1974	117800	,2	,2	2,7
1975	123992	,2	,2	2,9
1976	129434	,2	,2	3,2
1977	136040	,3	,3	3,4
1978	142376	,3	,3	3,7
1979	150555	,3	,3	3,9
1980	156152	,3	,3	4,2
1981	165879	,3	,3	4,5
1982	178376	,3	,3	4,9
1983	181444	,3	,3	5,2
1984	190374	,4	,4	5,6
1985	218864	,4	,4	6,0
1986	247755	,5	,5	6,4
1987	290355	,5	,5	7,0
1988	363875	,7	,7	7,6
1989	473863	,9	,9	8,5

1990	656767	1,2	1,2	9,7
1991	1056930	2,0	2,0	11,7
1992	1865396	3,4	3,4	15,1
1993	2965184	5,5	5,5	20,6
1994	3291380	6,1	6,1	26,7
1995	3522462	6,5	6,5	33,2
1996	3653899	6,8	6,8	39,9
1997	3730938	6,9	6,9	46,8
1998	3657033	6,8	6,8	53,6
1999	3767313	7,0	7,0	60,5
2000	3617227	6,7	6,7	67,2
2001	3349801	6,2	6,2	73,4
2002	3187468	5,9	5,9	79,3
2003	3028385	5,6	5,6	84,9
2004	2718729	5,0	5,0	89,9
2005	2324162	4,3	4,3	94,2
2006	1601726	3,0	3,0	97,2
2007	906028	1,7	1,7	98,8
2008	442163	,8	,8	99,7
2009	180009	,3	,3	100,0
2010	6868	,0	,0	100,0
Total	54131255	100,0	100,0	

NUM_IDADE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	6868	,0	,0	,0
	1	180009	,3	,3	,3
	2	442163	,8	,8	1,2
	3	906028	1,7	1,7	2,8
	4	1601726	3,0	3,0	5,8
	5	2324162	4,3	4,3	10,1
	6	2718729	5,0	5,0	15,1
	7	3028385	5,6	5,6	20,7
	8	3187468	5,9	5,9	26,6
	9	3349801	6,2	6,2	32,8
	10	3617227	6,7	6,7	39,5
	11	3767313	7,0	7,0	46,4
	12	3657033	6,8	6,8	53,2
	13	3730938	6,9	6,9	60,1

14	3653899	6,8	6,8	66,8
15	3522462	6,5	6,5	73,3
16	3291380	6,1	6,1	79,4
17	2965184	5,5	5,5	84,9
18	1865396	3,4	3,4	88,3
19	1056930	2,0	2,0	90,3
20	656767	1,2	1,2	91,5
21	473863	,9	,9	92,4
22	363875	,7	,7	93,0
23	290355	,5	,5	93,6
24	247755	,5	,5	94,0
25	218864	,4	,4	94,4
26	190374	,4	,4	94,8
27	181444	,3	,3	95,1
28	178376	,3	,3	95,5
29	165879	,3	,3	95,8
30	156152	,3	,3	96,1
31	150555	,3	,3	96,3
32	142376	,3	,3	96,6
33	136040	,3	,3	96,8
34	129434	,2	,2	97,1
35	123992	,2	,2	97,3
36	117800	,2	,2	97,5
37	107278	,2	,2	97,7
38	104193	,2	,2	97,9
39	92432	,2	,2	98,1
40	90400	,2	,2	98,3
41	81315	,2	,2	98,4
42	75868	,1	,1	98,6
43	68617	,1	,1	98,7
44	63875	,1	,1	98,8
45	59248	,1	,1	98,9
46	56124	,1	,1	99,0
47	51914	,1	,1	99,1
48	46901	,1	,1	99,2
49	40532	,1	,1	99,3
50	39964	,1	,1	99,3
51	33483	,1	,1	99,4
52	32434	,1	,1	99,5
53	29885	,1	,1	99,5
54	27138	,1	,1	99,6
55	24944	,0	,0	99,6

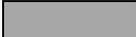
56	23547	,0	,0	99,7
57	20840	,0	,0	99,7
58	19661	,0	,0	99,7
59	16719	,0	,0	99,8
60	16414	,0	,0	99,8
61	13167	,0	,0	99,8
62	12141	,0	,0	99,8
63	10926	,0	,0	99,9
64	9199	,0	,0	99,9
65	8484	,0	,0	99,9
66	7568	,0	,0	99,9
67	6477	,0	,0	99,9
68	6226	,0	,0	99,9
69	4493	,0	,0	99,9
70	5489	,0	,0	100,0
71	4073	,0	,0	100,0
72	3368	,0	,0	100,0
73	2787	,0	,0	100,0
74	2644	,0	,0	100,0
75	2245	,0	,0	100,0
76	1868	,0	,0	100,0
77	1421	,0	,0	100,0
78	1483	,0	,0	100,0
79	1009	,0	,0	100,0
80	1087	,0	,0	100,0
81	684	,0	,0	100,0
82	565	,0	,0	100,0
83	581	,0	,0	100,0
84	317	,0	,0	100,0
85	261	,0	,0	100,0
86	232	,0	,0	100,0
87	159	,0	,0	100,0
88	183	,0	,0	100,0
89	91	,0	,0	100,0
90	1073	,0	,0	100,0
91	52	,0	,0	100,0
92	42	,0	,0	100,0
93	29	,0	,0	100,0
94	20	,0	,0	100,0
95	17	,0	,0	100,0
96	12	,0	,0	100,0
97	7	,0	,0	100,0

98	7	,0	,0	100,0
99	11	,0	,0	100,0
100	5	,0	,0	100,0
101	8	,0	,0	100,0
102	6	,0	,0	100,0
104	1	,0	,0	100,0
105	1	,0	,0	100,0
106	8	,0	,0	100,0
Total	54131255	100,0	100,0	

Anexo 2. Distribuição de matrículas no Censo Escolar 2010 por idades ajustadas e ano de nascimento. Brasil, 2010.

Idade em meses	Mês de nascimento	2010/2009 - menos de 1 ano		2009/2008 - 1,00 a 1,11 meses		2008/2007 2,00 a 2,11 meses		2007/2006 3,00 a 3,11 meses		2006/2005 4,00 a 4,11 meses		2005/2004 5,00 a 5,11 meses		2004/2003 6,00 a 6,11 meses	
menos de 1 mês	5 (maio)	186	0,20%	17.291	5,60%	42.804	6,40%	86.952	6,90%	154.572	7,40%	220.487	8,70%	246.049	8,40%
1 mês	4	453	0,50%	19.784	6,40%	44.820	6,70%	89.348	7,00%	156.587	7,50%	211.427	8,30%	247.985	8,40%
2 meses	3	916	1,10%	22.577	7,30%	49.803	7,50%	103.494	8,20%	176.744	8,50%	226.112	8,90%	260.924	8,90%
3 meses	2	1.810	2,20%	21.255	6,80%	47.775	7,20%	93.508	7,40%	155.509	7,50%	194.169	7,70%	235.890	8,00%
4 meses	1	3.503	4,20%	23.499	7,50%	50.121	7,50%	100.181	7,90%	164.334	7,90%	201.554	7,90%	245.073	8,30%
5 meses	12 (dezembro)	5.158	6,30%	23.873	7,70%	51.542	7,70%	98.767	7,80%	166.683	8,00%	199.959	7,90%	234.666	8,00%
6 meses	11	6.646	8,10%	23.331	7,50%	50.903	7,60%	98.279	7,80%	164.893	7,90%	196.954	7,80%	225.063	7,70%
7 meses	10	9.030	10,90%	26.903	8,60%	55.904	8,40%	106.864	8,40%	176.259	8,50%	205.113	8,10%	236.306	8,00%
8 meses	9	12.077	14,60%	29.665	9,50%	59.828	9,00%	112.911	8,90%	184.382	8,90%	214.554	8,50%	245.081	8,30%
9 meses	8	12.693	15,40%	31.681	10,20%	64.672	9,70%	115.782	9,10%	187.454	9,00%	216.003	8,50%	245.399	8,40%
10 meses	7	14.420	17,50%	34.768	11,20%	72.583	10,90%	120.335	9,50%	190.379	9,20%	219.887	8,70%	255.909	8,70%
11 meses	6 (junho)	15.579	18,90%	36.619	11,80%	77.113	11,50%	141.042	11,10%	200.363	9,60%	230.338	9,10%	259.151	8,80%
Total		82.471	100,00%	311.246	100,00%	667.868	100,00%	1.267.463	100,00%	2.078.159	100,00%	2.536.557	100,00%	2.937.496	100,00%

Fonte: microdados do Censo Escolar 2010. Nota: base de dados sem filtros. Elaboração: Fúlvيا Rosenberg e Amélia Artes – outubro de 2013.

 nascidos em 2010

 nascidos em 2009